

Ata N.º	23/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 23/2016 DE 18 DE NOVEMBRO

Aos **dezoito** dias do mês de **novembro** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima terceira reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Carlos Dias Mota e Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- Período “Antes da Ordem do Dia”-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Município de Vila Nova de Paiva distinguido com o título de “Município Amigo do Desporto 2016”.** -----

----- O Sr. Presidente informou o Executivo e regozijou-se com o galardão atribuído ao Município de Vila Nova de Paiva, de “Município Amigo do Desporto 2016”. O galardão foi criado pela primeira vez no corrente ano a nível nacional e é atribuído pela Associação Portuguesa de Gestão do Desporto (APOGESD) em colaboração com a empresa Cidade Social, especializada na área da certificação da qualidade, e que tem como objetivo distinguir anualmente os municípios que, reconhecidamente, desenvolvem uma política de apoio ao desporto de excelência. A gala da APOGESD realizou-se no passado dia 17 de novembro, na cidade de Setúbal, figurando o Município entre os 27 municípios portugueses que receberam o título “Município Amigo do Desporto”. -----

----- b) Reunião no Ministério da Cultura. -----

----- O Sr. Presidente informou o Executivo que teve recentemente uma reunião em Lisboa, no Ministério da Cultura, para tratar de assuntos que se prendem com a questão do enquadramento da Loja do Cidadão no edifício da Biblioteca Municipal, e

sobre a questão do espólio arqueológico do Município que ainda não é possível afetar ao Núcleo Museológico criado no edifício do Auditório Municipal Carlos Paredes, visto ainda estarem na posse dos arqueólogos que há alguns anos atrás efetuaram as escavações arqueológicas na área do Município. -----

----- Mais informou que vai notificar os arqueólogos para procederem à entrega das peças que estejam na sua posse. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia quatro de novembro de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia quatro de novembro de 2016. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Mota não participou na votação da ata por não ter estado presente naquela reunião. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Execução da Obra de “Remodelação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Lopes & Irmãos, Lda, de Aguiar da Beira – Apreciação e aprovação do Plano de Saúde e Segurança (PSS) da obra. -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente, dado o adjudicatário não ter entregado o PSS. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 13.^a Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 14.^a Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despachos do Sr. Presidente da Câmara de 07 de novembro de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Junta de Freguesia de Pendilhe** – Por ofício n.º 20/2016, de 03 de novembro registado em 08 de novembro de 2016, solicitam apoio para a organização da Feira do Mel e Artesanato que decorreu durante o mês de agosto de 2016 – Apreciação e votação para posterior aprovação e autorização pela Assembleia Municipal. -----

Ata N.º	23/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade sob proposta verbal do Sr. Presidente, aprovar, em proposta, a atribuição de um apoio pecuniário no montante de dois mil euros, a submeter à apreciação e autorização da Assembleia Municipal.-----

----- **c) 5.ª Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do exercício de 2016** – Aprovação em proposta para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a 5.ª Revisão às GOP e Orçamento, para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- **d) Participação municipal no IRS** – Proposta de fixação da percentagem de 5% no IRS do ano de 2017, a liquidar pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em 2018. -----

“Considerando que:

a) De acordo com o n.º 1 do art.º 26.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 75-A/2014, de 30 de setembro, 82-B/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao designado Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do RFALEI.

b) A participação no IRS depende de deliberação dos órgãos municipais quanto à percentagem pretendida, a qual deve ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira (doravante AT) até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos (n.º 2 do art.º 26.º do RFALEI). Tal significa que, relativamente a um dado ano n, durante o qual a AT efetua a liquidação do IRS relativa a rendimentos do ano anterior (n-1), deve o município, nos termos do n.º 2 do art.º 26.º do RFALEI, comunicar a deliberação supra até 31 de Dezembro do ano n-2.

c) Em 2018 a AT irá liquidar o IRS relativo aos rendimentos do ano de 2017, pelo que devem os municípios, nos termos do n.º 2 do art.º 26.º do RFALEI, deliberar no ano em curso de 2016 sobre a percentagem pretendida quanto à participação

variável no IRS a comunicar àquela AT, por via eletrónica, até ao próximo dia 31 de dezembro.

d) De acordo com o n.º 3 do art.º 26.º do RFALEI, em caso de ausência de comunicação ou a sua receção para além do prazo legalmente estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.

e) Na atual conjuntura económica o Município não tem condições objetivas para poder fixar uma percentagem de participação no IRS inferior a 5%, desde logo devido ao facto de ainda não ter sido recuperada a perda de verbas das transferências do Orçamento do Estado (doravante OE) para o Município verificadas desde 2010. Recorde-se que as transferências do Orçamento do Estado destinadas a este Município diminuíram em 15,56% no período de 2010 a 2014, o que representou uma perda de receita no montante de € 678.326,00, que muito embora com alguma recuperação em 2015 (+ € 226.768,00), em 2016 (+ € 47.968,00) e para 2017 (+ € 113.850,00 conforme Proposta de Lei do OE para 2017), ainda assim representa um saldo negativo de € 289.740,00 em relação ao ano de 2010, ou seja uma perda de receita na ordem dos 6,65%.

f) As deliberações em matéria de exercício dos poderes tributários do município são da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, como estabelece a alínea c), do n.º 1, do art.º 25.º do RFALEI.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere manter a participação do Município de 5% no IRS relativo aos rendimentos do ano de 2017, a liquidar pela AT em 2018, não carecendo a presente proposta nestas circunstâncias, de ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal, devendo tal decisão ser comunicada à AT, por via eletrónica, até ao próximo dia 31 de dezembro. “

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- e) Delegação de competências municipais na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) relacionadas com o sistema de mobilidade e o serviço público de transporte de passageiros, mediante contrato interadministrativo – Aprovação em proposta para submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 14 de novembro de 2016, do seguinte teor integral: -----

Ata N.º	23/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

“Considerando que:

1. Com a publicação do Regulamento (CE) n.º 1.370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, entrado em vigor em 3 de Dezembro de 2009 e diretamente aplicável a todos os Estados-Membros da União Europeia, foi estabelecido um novo regime comunitário no âmbito do transporte rodoviário e ferroviário de passageiros, que tem por objetivo definir o modo como, no respeito das regras do direito comunitário, as autoridades competentes podem intervir no domínio do transporte público de passageiros para assegurar a prestação de serviços de interesse geral, e define ainda as condições em que as autoridades competentes, ao imporem obrigações de serviço público ou ao celebrarem contratos relativos a obrigações de serviço público, compensam os operadores de serviços públicos pelos custos incorridos e/ou concedem direitos exclusivos em contrapartida da execução de obrigações de serviço público.

2. Aquele Regulamento permite a continuação da exploração dos serviços de transporte existentes durante um período transitório que termina em 3 de Dezembro de 2019, conforme n.º 2 do seu artigo 8.º, período este em que as autoridades de transportes se devem adaptar às disposições daquele Regulamento, e em que todos os transportes terrestres da União Europeia têm de ser submetidos a procedimento concursal ou devidamente enquadrados em contratos de serviço público.

3. Para adaptação das diretrizes europeias estabelecidas no referido regulamento comunitário ao direito interno português, é publicado o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (doravante RJSPTP), aprovado em Anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, entrado em vigor em 8 de agosto de 2015, que revoga, entre outros, o Regulamento de Transportes em Automóveis (RTA) aprovado pelo Decreto n.º 37.272, de 31 de dezembro de 1948, cuja regulamentação deveria ser publicada no prazo de 90 dias a contar da data da sua publicação (artigo 15.º do diploma preambular), tendo sido publicado até à data o Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro, em vigor desde 9 de setembro, que estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível (TPF).

4. O RJSPTP estabelece o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação, e aplica-se às autoridades de

transportes e aos operadores de serviço público que se dedicam à exploração do serviço público de transporte de passageiros nos modos de transporte referidos.

5. Como sintetiza o “Guião para o período transitório do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e Linhas Orientadoras”, publicado em 5 de janeiro de 2016 pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., principal entidade envolvida na implementação do RJSPTP, e disponível no seu portal da internet (www.imtt.pt), o RJSPTP:

i) Aplica-se a serviços de âmbito local, urbano, suburbano, municipal, intermunicipal e inter-regional aos modos de transportes ferroviários, rodoviários e fluviais;

ii) Define quem são e como atuam as autoridades competentes na organização do setor dos transportes terrestres (e fluviais integrados em sistemas de transportes terrestres);

iii) Estabelece a regra geral de realização de procedimentos concursais para escolha do operador de transportes, o que vem introduzir um regime de concorrência regulada no setor dos transportes;

iv) Define as condições em que as autoridades competentes podem impor obrigações de serviço público no âmbito de um contrato de serviço público ou de regras gerais.

6. Mais dispõe o Guião do IMT que o referido período transitório estabelecido até 3 de dezembro de 2019, inicia-se com a organização das novas autoridades de transportes e com o cumprimento de obrigações imediatas de estruturação institucional e de articulação das autoridades entre si, bem como com a implementação de novas regras de relacionamento entre autoridades e operadores de transportes.

7. De acordo com as alíneas b), f), i) e j) do artigo 3.º do RJSPTP, entende-se por:

– “Autoridade de transportes”, qualquer autoridade pública com atribuições e competências em matéria de organização, exploração, atribuição, investimento, financiamento e fiscalização do serviço público de transporte de passageiros, bem como de determinação de obrigações de serviço público e de tarifários numa determinada zona geográfica de nível local, regional ou nacional, ou qualquer entidade pública por aquela investida dessas atribuições e competências;

Ata N.º	23/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

– “Operador de serviço público”, qualquer empresa ou agrupamento de empresas, públicas ou privadas, ou qualquer entidade pública que prestem determinado serviço público de transporte de passageiros;

– «Contrato de serviço público», um ou vários atos juridicamente vinculativos que estabelecem o acordo entre uma autoridade de transportes competente e um operador de serviço público, para atribuir a este último a gestão e a exploração de determinado serviço público de transporte de passageiros sujeito a obrigações de serviço público;

– “Obrigação de serviço público”, a imposição definida ou determinada por uma autoridade de transportes, com vista a assegurar determinado serviço público de transporte de passageiros de interesse geral que um operador, caso considerasse o seu próprio interesse comercial, não assumiria, ou não assumiria na mesma medida ou nas mesmas condições, sem contrapartidas.

8. De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do RJSPTP, constituem **atribuições** das autoridades de transportes, a definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade, o planeamento, a organização, a operação, a atribuição, a fiscalização, o investimento, o financiamento, a divulgação e o desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados.

9. Para a prossecução daquelas atribuições, as autoridades de transportes têm as seguintes **competências** (n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP):

9.1. A nível do planeamento das infraestruturas, redes e de serviços:

a) Planeamento, organização, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos equipamentos e infraestruturas a ele dedicados;

b) Exploração através de meios próprios e ou da atribuição a operadores de serviço público, por meio da celebração de contratos de serviço público ou mera autorização, do serviço público de transporte de passageiros;

c) Investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, sem prejuízo do investimento a realizar pelos operadores de serviço público;

d) Financiamento do serviço público de transporte de passageiros, bem como das redes, equipamentos e infraestruturas a este dedicados (nomeadamente através da afetação do produto das receitas definidas no artigo 11.º do RJSPTP);

e) Recebimento de contrapartidas pelo direito de exploração de serviço público de transporte de passageiros:

f) Gestão dos contratos e das obrigações de serviço público;

g) Determinação e financiamento das obrigações de serviço público.

9.2. A nível da gestão e monitorização:

a) Gestão (determinação e aprovação) dos regimes tarifários a vigorar, e das compensações por bonificações sociais determinadas pela autoridade de transportes;

b) Fiscalização e monitorização da exploração do serviço público de transporte de passageiros.

9.3. A nível da informação e divulgação:

a) Recolha e tratamento de dados (realização de inquéritos à mobilidade no âmbito da respetiva área geográfica, inquéritos de opinião, etc.) e promoção da adoção de instrumentos de planeamento de transportes na respetiva área geográfica;

b) Divulgação do serviço público de transporte de passageiros.

*10. Sem prejuízo das atribuições cometidas ao Estado enquanto autoridade de transportes a nível nacional, estabelece o artigo 6.º do RJSPTP que os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, podendo associar-se com vista à prossecução conjunta de parte ou da totalidade das respetivas competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais ou **delegar**, designadamente em comunidades intermunicipais ou nas áreas metropolitanas, as respetivas competências, nos termos do disposto no artigo 10.º do mesmo regime.*

11. Ora a delegação, total ou parcial, de competências municipais nas comunidades intermunicipais concretiza-se através de contratos interadministrativos celebrados nos termos previstos no regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as devidas adaptações, devendo aqueles contratos estabelecer, no mínimo, a delegação de competências e responsabilidades associadas à gestão do sistema de transportes, e a forma de associação e de desvinculação do município enquanto autoridade de transportes face ao contrato em causa e responsabilidades inerentes, sendo certo que a associação ou desvinculação não pode afetar a exequibilidade dos contratos de serviço público previamente celebrados ou que estejam em vigor (n.ºs 1, 4, 6 e 7 do artigo 10.º do RJSPTP).

Ata N.º	23/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

12. *Previamente à sua entrada em vigor, os referidos contratos interadministrativos são remetidos ao IMT para verificação da sua conformidade com a lei e publicidade no seu sítio da internet (n.º 8 do artigo 10.º do RJSPTP).*

13. *O IMT recomenda no seu Guião, que na atual fase de transição, na generalidade e sem prejuízo de avaliação caso a caso, as competências dos municípios enquanto autoridades de transportes sejam assumidas pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) e Autoridades Metropolitanas (AM), dado que o planeamento integrado das linhas de transporte numa lógica de rede pode trazer vantagens significativas a nível do serviço prestado, concentrando numa única entidade o modelo de planeamento e gestão das redes, potenciando as economias de escala dos contratos de serviço público a celebrar, além de que permite uma maior e melhor capacitação daquelas entidades intermunicipais para a gestão de um número mais significativo de linhas, sendo certo que os municípios continuam a poder ser consultados relativamente às alterações nos serviços de transporte que sirvam o seu território, podem manter a gestão de um conjunto de linhas, de interesse local e urbano, se assim o entenderem, e em qualquer momento podem recuperar as competências dos serviços que tenham delegado nas CIM ou AM, para além de que, de acordo com o n.º 2 do artigo 11.º do RJSPTP, continua a ser da competência dos municípios a fixação das taxas previstas na alínea d) do n.º 1 do mesmo artigo 11.º, a cobrar aos operadores de serviço público de transporte de passageiros como contrapartida do exercício das funções de organização, supervisão, fiscalização e prestação de serviços relativos ao sistema de transportes públicos de passageiros, bem como destinadas à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros.*

14. *A concretização da delegação de competências dos municípios nas entidades intermunicipais (CIM e AM), em concreto em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal está prevista no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 10.º do RJSPTP e nos artigos 116.º a 130.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pela Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de Novembro, e 50-A/2013, de 11 de Novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais e o regime jurídico da transferência de competências e o regime do associativismo autárquico.*

15. *De acordo com o Anexo I à referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e a*

comunidade intermunicipal (CIM) pressupõe a prévia autorização quer da assembleia municipal (alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º), sob proposta da câmara municipal (alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º), quer do conselho intermunicipal (alínea l), do n.º 1, do artigo 90.º), sob proposta do secretariado executivo intermunicipal (alínea w), do n.º 1, do artigo 96.º), neles devendo ser previstos os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências delegadas, e a referência às respetivas fontes de financiamento e aos seus modos de afetação (n.ºs 1 e 2 do artigo 115.º, por remissão do n.º 1 do artigo 122.º), devendo estar previamente demonstrado que de tal delegação de competências não se verifique, nomeadamente, o aumento da despesa pública global (n.º 2 do artigo 122.º).

16. Ciente das circunstâncias criadas pelo RJSPTP, e atento às recomendações do IMT, o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), em que se integra o Município de Vila Nova de Paiva, aprovou, um projeto de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, anexo à presente proposta, no qual, na parte introdutória, procede a uma análise e demonstração dos requisitos necessários para uma gestão em rede intermunicipal dos transportes públicos, e anexa a Minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências.

17. Na referida documentação anexa constata-se o seguinte:

a) A CIMVDL, reconhecendo a impossibilidade de realizar uma análise mais aprofundada do impacto económico-financeiro que comprove uma eficiente gestão dos recursos públicos, sem ações deficitárias, introduz no contrato interadministrativo, através da cláusula 9.ª, uma cláusula de salvaguarda do não aumento da despesa pública global, remetendo para contratação específica, no quadro legal em vigor, qualquer ação solicitada ou promovida por uma das partes que represente ou possa representar aumento de despesa pública global.

b) Em relação à determinação e financiamento das obrigações de serviço público, a cláusula 7.ª do contrato administrativo prevê a delegação na CIMVDL da competência para determinar e impor obrigações de serviço público aos operadores de serviços públicos de transporte de passageiros, ficando tal imposição condicionada à celebração de acordo escrito entre o Município e a CIMVDL, o qual incidirá sobre a modalidade de imposição, em concreto, bem como sobre o modelo de financiamento devido pelas compensações por obrigação de serviço público a que se refere o artigo 24.º do RJSPTP, o qual se subsume também a um acordo escrito a celebrar entre as

Ata N.º	23/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

partes como preveem os n.ºs 2 e 3 da cláusula 11.ª do contrato interadministrativo, mediante prévio estudo de impacto financeiro sobre a matéria a elaborar pela CIMVDL.

c) No que concerne ao investimento em redes, equipamentos e infraestruturas, tal matéria fica dependente, de acordo com a cláusula 10.ª, de acordos entre as partes sobre os eventuais investimentos conjuntos a efetuar naquelas áreas, ficando previsto que as partes podem apresentar candidaturas a programas nacionais e comunitários.

d) Em relação aos recursos humanos, materiais e tecnológicos, não decorre do contrato interadministrativo qualquer afetação de recurso dos municípios na CIMVDL, assumindo esta a sua capacitação para o desempenho das funções de autoridade intermunicipal de transportes, mediante a criação de equipas técnicas integradas por trabalhadores já integrados no respetivo mapa de pessoal ou a contratar oportunamente nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

e) Por último, são identificadas e elencadas algumas das vantagens da delegação de competências para a gestão intermunicipal do sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, criando um modelo partilhado entre a CIMVDL e os 14 Municípios que a compõem, possibilitando ganhos de eficácia – ao nível do desenho das redes e promoção da intermodalidade – e de eficiência – ao otimizar, ao mesmo tempo, o cálculo do custo, tendo em consideração as necessidades de mobilidade e os recursos disponíveis, e permitindo uma implementação do RJSPTP na área geográfica da CIMVDL de forma coordenada, concertada e coerente.

f) Quanto ao período de vigência do contrato, a cláusula 26.ª estipula que este coincide com a duração do mandato da assembleia municipal, considerando-se renovado após a instalação deste órgão deliberativo, salvo se denunciado no prazo de seis meses após a referida instalação, de acordo com o disposto no artigo 129.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:

a) A contratualização de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e o serviço de transporte de passageiros proposta pela CIMVDL, respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, entre outros, a prossecução do interesse público.

b) A concretização da referida delegação de competências enquadra-se nos objetivos preconizados no artigo 118.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, visto promover a coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

c) Para o efeito, em conformidade como o n.º 2 do artigo 6.º e artigo 10.º do RJSPTP, sejam delegadas na CIMVDL as competências do Município de Vila Nova de Paiva, enquanto autoridade de transportes, definidas nomeadamente no n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP.

d) Seja aprovada a Minuta do Contrato Interadministrativo anexo proposto pela CIMVDL, para a concretização da referida delegação de competências.

e) A presente deliberação deverá ser submetida à aprovação e autorização da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente, a submeter à apreciação e autorização da Assembleia Municipal. -----

----- **f) Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva** – Por ofício registado em 02 de novembro de 2016, solicitam apoio financeiro para aquisição de fardamento atualizado utilizado na prevenção rodoviária, para desenvolvimento de ações pedagógicas no âmbito da Escola Segura, na qual participam os alunos do 4.º ano de escolaridade do 1.º CEB. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de cem euros., a processar no corrente mês. -----

----- **g) Dina Maria Lacerda Salvador, do Touro** – Por requerimento registado em 26 de outubro de 2016, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 17 de agosto de 2016, de segundo descendente, Benedita Lacerda Soares – Informação N.º 108-USC-16 de 07 de novembro de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do

Ata N.º 23/2016	
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----